

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Lei da Rolha



Luís Leitão
(Partido Socialista)

O PS há muito que defende que a Câmara Municipal de Ílhavo deve ter como prioridade o aprofundamento da sua vocação de proximidade.

Daí que não nos posamos rever no caminho traçado pela maioria UPF. Verificámos, ainda por cima em contexto de crise inflacionista, a redução do apoio às Juntas de Freguesia, associações, IPSS e a in-

xistência de medidas de apoio ao comércio local. De facto, a mudança prometida a 26 de setembro de 2021 continua por acontecer.

Vejam os exemplos do valor investido nos protocolos com as Juntas de Freguesia, cujos montantes estão congelados desde o início deste mandato, o que representa, em contexto de crise inflacionista, uma redução daquele apoio, através do qual as Juntas procuram garantir capacidade de investimento, com iniciativas de proximidade às populações que cada euro investido que projetam mais eficiência na gestão dos dinheiros públicos.

Se todos concordam que cada euro investido pelas Juntas de Freguesia vale 3€, por que não se investe mais nos acordos,

melhorando a vida das pessoas? Dinheiro no banco rende juros, dinheiro na comunidade gera desenvolvimento. A Câmara tem cada vez mais dinheiro no banco e investe cada vez menos na comunidade.

Em resultado, verifica-se um clima de conflitualidade entre o Presidente da Câmara e os Presidentes das Juntas. Estranha-se que um recente ex-presidente de Junta, agora Presidente da Câmara, que reivindicava para a Junta que liderava apoios de maior dimensão e reforço de competências, hoje se preocupe em limitar e controlar a operacionalidade das Juntas.

Se dúvidas houvesse sobre as divergências, a cerimónia de assinatura daqueles contratos foi

efetuada em sessão privada, sem a intervenção pública dos Presidentes das Juntas, para que estes não expressem as suas opiniões críticas ao trabalho do Executivo Municipal.

Chegados aqui, importa sublinhar diferenças de atuação. Porque se na Câmara temos encontrado sinais de fechamento, na Assembleia Municipal temos verificado sinais de abertura, no sentido de aproximar eleitos de eleitores. É o caso da implementação da Assembleia Municipal Jovem, uma iniciativa de carácter pedagógico, de estímulo à participação cívica dos mais jovens, que tem verificado enorme sucesso.

Mas eis que somos surpreendidos, na últi-

ma sessão daquele órgão, com o impedimento promovido pelo Sr. Presidente da Câmara de transmissão audiovisual daquela reunião, escudado num inesperado parecer, sobre o complexo quadro legislativo do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, proibindo a transmissão da AMI Jovem no momento de início dos trabalhos, silenciando a voz dos jovens participantes. Apesar de os agrupamentos de escolas terem salvaguardado a proteção de dados dos seus alunos.

Este é o mais recente capítulo da tentativa de bloqueio a uma maior transparência do funcionamento dos órgãos municipais. A verdade irrefutável é que desde o início do mandato que

o UPF tem usado vários argumentos criativos para evitar a transmissão nas plataformas digitais das sessões da Assembleia e da Câmara, que passam sempre por um “somos a favor, mas”.

Está bom de ver, pelos exemplos aqui relatados que a fragilidade política desta maioria, seja no desconhecimento dos dossiês da governação ou na incapacidade de traduzir as promessas eleitorais em projetos concretos, é o móbil do UPF e do seu Presidente da Câmara para a frequente tentativa de asfixia e de pressão sobre a informação pública, tal como já assistimos em “velhas” direções partidárias a que alguém chamou de... “Lei da Rolha”.

Nota da direção: este espaço é gerido pela Mesa da AMI, conforme acordado com O Ilhavoense

Rua Combatentes da Grande Guerra, nº 121
Praça Marquês De Pombal,
Aveiro 3814-503 Portugal
+351 234 424 737

MARCA GLOBAL DE SOLUÇÕES PARA CASA DE BANHO

Descubra todos os modelos em www.oli-world.com

Inspired by water...